

0061 NON 6

Wilson Figueiredo*

Fomos para as urnas - como é dos hábitos nacionais - sem dar muita confiança às causas dissimuladas através das aparências políticas saudáveis. No faguetiro primeiro turno, tudo pareceu lucro. No segundo, conquanto continuem as mesmas, as causas ficam discretamente mais para trás. Mas é bom evitar prejuízos. O plano político descortina um horizonte ideológico. Atiramo-nos de braços abertos às consequências, sem reconhecê-las pelas origens.

Entre as causas que se disfarçam, a contribuição presidencial foi decisiva (embora às avessas) para eleger os dois finalistas. Sarney não deselegu porque não teve candidato. Por mostragem, foi a maior rejeição dos dois anos de república. Ninguém ajudou mais a eleger os dois primeiros colocados, que passam ao segundo turno.

Mais uma vez, no entanto, Sarney foi ingrato para com os que o ajudam. Deixou circular sem desmentido, em cima da eleição, que a família presidencial tinha adernado à esquerda e que o voto do timoneiro seria no candidato do PDT. Só depois, voando do Maranhão para Brasília, Sarney confessou o voto em Aureliano.

Chaves, que pelas pesquisas já estava perdido.

O presidente devia consideração a Brizola, pois o usou proveitosamente para obter aquele precioso ano a mais (aliás, para nada) no seu mandato: o quinto era para tirar a oportunidade a Leonel Brizola. Tirou realmente. Mas deu-a a Collor de Mello, sem qualquer proveito. Voto inútil.

Como acabamos de ver, uma eleição tem razões que a própria razão não alcança. Elas tanto servem ao eleitor quanto aos candidatos, sem falar no eleito que vem em último lugar na frase mas em primeiro na votação. Servem até aos governantes que nada mais têm a fazer além de arrumar gavetas. Do primeiro para o segundo turno, outras razões socorrem, sem maiores explicações, o eleitor cujo candidato ficou para trás.

Seria mais apropriado considerar uma segunda oportunidade para o eleitor o turno que reúne os dois candidatos finalistas oferecidos à sua escolha. Se os eleitores e os candidatos são os mesmos do primeiro turno, o que muda então? O voto. E, se alguém preferir, a natureza política do voto. O eleitor fica desobrigado de seguir adiante no raciocínio para escolher o candidato que ficou no meio do caminho. O cidadão pode trocar o seu candidato por outro sem qualquer desconforto moral.

Opções políticas não costumam ser mais claras do que outras que o cidadão não consegue evitar. O indivíduo não supera sozinho o meio social em que vive. A convicção ideológica é a racionalização que já vem pronta para resolver tais situações. O eleitor o mais das vezes se espanta com satisfação por encontrar o seu (socialmente) semelhante na mesma

preferência por um candidato estranho ao meio em que nasceu e viveu. A maioria do eleitorado, no entanto, tem identidade política displicente e opiniões eventuais. Ocupa-se de política nas épocas certas, e no mais se desocupa. O universo social à disposição dos candidatos no segundo turno é constituído de gente em que a preocupação com a política é secundária.

O sentido prático, que costuma ficar em segundo plano diante da impeniência da teoria, pede à excitação ideológica o reexame da suposta vantagem de fixar a candidatura Collor de Mello como expressão da direita. Antes de começar o segundo turno, é

conveniente ponderar o resultado do primeiro. Por mais que o candidato tenha tudo para ser tratado como tal, convém não exagerar: as faixas sociais C, D e E - que abarrotaram as urnas com o nome dele - não merecem a suspeita de servir à direita.

Dispensar ao eleitorado de menor renda e maior quantidade de votos a prevenção ideológica permitida entre

os da classe média equivale a abrir um crédito histórico a uma direita que já está (sem qualquer alusão) no vermelho. Essa gente já sacou contra a História tudo que tinha (e era duvidoso) e o que não tinha.

O presidente Sarney figura entre as causas que

contribuíram, direta ou indiretamente, para o resultado eleitoral do primeiro turno. Foi tudo uma festa. Os finalistas fizeram-se candidatos e se classificaram com a ajuda do governo dele. No segundo turno, porém, ele nada mais tem a fazer. Passa ao rol das consequências. O pessoal do Collor de Mello insiste em apanhar os amigos de Sarney - o que é outro tipo de consequência.

Votos úteis e inúteis

"Do primeiro para o segundo turno, outras razões socorrem o eleitor cujo candidato ficou para trás"

Quem não sabe

Sarney fez por onde, ou fizeram os amigos por ele. Tinha necessidade de aproveitar-se da eleição para aparecer? Se ficasse na sua, em vez de aparecer na televisão, o presidente teria se poupado do flagrante de agressão gramatical, perfeitamente dispensável, à própria liberdade - "cujo valor a gente só sabe quando se perde". Num escritor é imperdoável. A que título classificou o Brasil de terceira democracia do mundo?

Os eleitores foram para as urnas, no dia seguinte, sem atinar com o critério de classificação. Terceira democracia. Megalomania à parte, só se for pela quantidade dos eleitores. Mas ainda assim, no nosso nível de instabilidade, há muitas outras à nossa frente. Pela qualidade política, nem falar: ingleses, franceses, espanhóis, italianos, suíços, portugueses (pois não) estão há mais tempo nisso. E falta-nos padrão de qualidade.

Já é cleptomania o hábito presidencial de apresentar como obra do seu governo eleições que seguem o calendário. A única que devia ter a sua contribuição foi adiada por influência direta dele: a presidencial. Um ano pode parecer pouco mas não é: no caso de Sarney, não evitou a candidatura Brizola, não empurrou para trás a inflação, nem lhe

valeu o reconhecimento de bons propósitos.

E demais. "Nós conseguimos (nós, quem, cara-pálida?) fazer o cadastro eleitoral que está permitindo este fato extraordinário de que milhões de pessoas exerçam o direito de voto." O conceito inverídico encontrou na forma frouxa a sua medida. Sarney cita, para tirar efeito de contraste, os 15 milhões de eleitores em 1960 e os 82 milhões atuais. Mas o crescimento da população é obra de governo? Nesse caso, seria de justiça medir a contribuição dos governos militares.

Já que ninguém o elogia, o presidente não se poupa: "Eu trabalhei com a visão da História." O verbo não é exatamente esse: esforço retórico não é trabalho, conforme atesta a CLT. Quem diz, a título de conclusão, que "a transição democrática está concluída", tem uma visão pessoal da história, e uma ponta de megalomania indisfarçável. Que lhe seja proveitosa a mania de grandeza, mas o que está praticamente concluído é o seu mandato. Felizmente.

Passemos, pois, ao segundo turno.

* Redator do JORNAL DO BRASIL